

Do direito ao dever de Educação para os Direitos Humanos: (pré)conceito(s) e paradigma(s)

From the right to duty of the Human Rights Education:
(pre)concept(s) and paradigma(s)

Ana Cláudia Carvalho CAMPINA*

RESUMO: Partindo da mudança de paradigma dos Direitos Humanos ao longo do séc. XXI, a lei internacional, a educação, as efetivas necessidades e os procedimentos inerentes, urge que se interpretem as razões de uma “nova” perspectiva de humanidade, a “construção social e o contexto diversificado da transposição legal que condiciona a vivência dos seres humanos e cidadãos, um pouco por todo o mundo e na União Europeia em particular. Os ataques terroristas e as medidas de segurança internacionais extremas; a proliferação da ideologia antissemita, o racismo e as estatísticas “perigosa” de discriminação; as “novas vagas” de Refugiados; a crise económica que conduziu milhões de cidadãos à pobreza; a ausência de capacidade para compreender e (re)agir em conformidade com as necessidades identificadas, face à violência e à violação dos Direitos Humanos, têm sido as mais importantes causas de mudança do paradigma e que têm fundamentado a presente pesquisa. A União Europeia enfrenta estes problemas e mudanças no que concerne à proteção legal dos Direitos Humanos apesar das mais distintas dificuldades. No entanto, um pouco por todo o mundo, esta oposição entre a legalidade e as efetivas necessidades que deveriam ser a prioridade de ação dos “poderes” não têm sido objetivos na promoção da proteção e da Educação adentro dos Direitos Fundamentais da EU.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Educação; União Europeia; Políticas; Legalidade(s); Oposições.

ABSTRACT: Starting from the paradigm shift of Human Rights throughout the century XXI, international law, education, the actual needs and the inherent procedures, urge to interpret the reasons for a “new” perspective of humanity, the “social construction and the diverse context of the legal transposition that conditions the experience of human beings and citizens, all over the world, and in the European Union in particular. Terrorist attacks and extreme international security measures; the proliferation of anti-Semitic ideology, racism and “dangerous” statistics of discrimination; the “new vacancies” of Refugees; the economic crisis that drove millions of citizens into poverty; the lack of ability to understand and (re) act in accordance with the identified needs, in the face of violence and the violation of Human Rights, have been the most important causes of paradigm shift and which have been the basis of the present research. The European Union faces these problems and changes regarding the legal protection of human rights despite the most distinct difficulties. However, around the world, this opposition between legality and the actual needs that should be the priority of action by the “powers” has not been objective in promoting the protection and education within the EU's Fundamental Rights.

KEYWORDS: Human Rights; Education; European Union; Politics; Legality(s); Opposition.

* Doutora em Direitos Humanos e Professora Auxiliar da Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Investigadora do Instituto Jurídico Portucalense.

O século XXI tem promovido uma complexa e controversa mudança de paradigma dos Direitos Humanos pelas mais diversas razões: os ataques terroristas e as consequentes medidas de segurança máxima; a ideologia antissemita em expansão; o racismo e a discriminação cujas estatísticas revelam estar num nível perigoso; a “nova” crise dos Refugiados; a crise económica que conduziu milhões à pobreza efetiva; a ausência de capacidade da Opinião Pública para interpretar e (re)agir em conformidade com as reais necessidades (informação frágil e/ou manipulada); o distanciamento entre a teoria e a prática que favorecem as violações de Direitos.

Considerando a evidência das políticas de Educação para os Direitos Humanos na União Europeia como procedimento/obrigação e a estratégia política, deveria ser uma prioridade assumida nos programas políticos estruturais na conjuntura cultural, religiosa, económica e financeira, porém tem revelado lacunas que têm afetado seriamente a vida em cidadania na UE.

A presente pesquisa confirma que a “Crise” dos Refugiados na União Europeia, cuja real dimensão não podemos identificar no presente, deve merecer uma atenção e trabalho específico. Sendo inquestionável que esta “crise” teve o seu início durante a II Guerra Mundial, tendo perdurado até aos nossos dias nas mais distintas e complexas conjunturas dentro da UE, com efeitos muito graves, também à escala mundial, no que concerne à violação de Direitos Humanos e de Direitos Fundamentais da União Europeia e dos estados europeus. A xenofobia, o racismo e a discriminação são problemas com os refugiados das mais “discretas” ações às sérias consequências que a UE enfrenta, sem o necessário controlo, o que deverá ser interpretado com base na filosofia e na legalidade, e/ou violação dos Direitos Humanos numa compreensão contextual de um comportamento humanitário social generalizado.

De acordo com as necessidades diagnosticadas, a retórica política não é suficiente para a mudança da Opinião Pública, mas é um crucial ponto de partida para a promoção de uma visão global e Humana sob a (re)conceitualização dos contextos e acontecimentos, pedagogicamente controlados pela reeducação para “novas” perceções, “posicionamentos” geradores de comportamentos - sociais e individuais – distantes da controvérsia e da complexidade negativa de oposição.

Assim, de facto, existem políticas de Educação para os Direitos Humanos nas diferentes escalas – internacionais, regionais e nacionais (dos estados-membros da União Europeia), mas tais realidades permitem afirmar uma realidade incontornável: a dicotomia procedimentos legais e necessidades sociais efetivas. Urge, então, uma ação concertada visando um efetivo desenvolvimento da UE que identifique toda uma panóplia de interesses e lobbies que têm uma afetação muito negativa e perigosa para estes seres humanos que se vêm obrigados procurar “refúgio”, mas que enfrentam toda uma conjuntura que deveria ser de proteção e solução (apoio), mas que se complica por burocracias, manipulações e entraves que agravam a sua situação humana e familiar. Os estados-membros, as instituições da EU a ONU e a sociedade civil deverá organizar-se seriamente objetivando a denúncia de todas as violações, a caracterização das realidades e dos entraves e meios envolvidos e necessários; a ação jurídica e judicial europeia e internacional, numa ação conjunta que promova um programa efetivo de Educação para os Direitos Humanos para alcançar resultados efetivos.

Em conclusão, se a “corrupção é uma dificuldade que se conjuga com as consequências de certa mentalidade, política cultural, geopolítica e desenvolvimento económico”³⁰, a presente investigação científica permite afirmar que a Educação para os Direitos Humanos é um dos suportes mais importantes/ “Chave” para o desenvolvimento da Democracia nos mais distintos contextos e complexas realidades sociais, tal como, suporta a mudança de perceção e interpretação do que são efetivamente os Direitos Humanos, a necessidade de denúncia e luta contra a violência, violações e sofrimento humano. Esta é a missão de todos os atores no âmbito das Relações Internacionais, como um audacioso e difícil processo, cuja complexidade está “contaminada” pela mais árdua característica: os interesses paralelos e manipulações negativas, mas ninguém (indivíduos, Instituições, Organizações e Governos) poderá abandonar este desafio, complexo e moroso, objetivando ultrapassar os mais diversos obstáculos, sendo possível proteger e promover os Seres Humanos.

³⁰ RADU, B. & VÉGH, Z. (2017). *Frontiers of Democracy: Embedding Democratic Values in Central and Eastern Europe*. Hungary: Central European University. p. 121.

De facto, se acreditarmos e vivermos a Democracia, poderemos compreender o poder político nas suas responsabilidades, mas se todos somos “políticos”, temos que assumir a nossa responsabilidade como cidadãos, como humanos. Assim, poderemos concluir que necessitamos ir “além” das teorias para que os Direitos Humanos sejam uma realidade vivida por tantas pessoas quanto possível.

Por fim, a presente investigação permite identificar o problema da legalidade e das necessidades sociais, numa dicotomia que contribui negativamente os seres humanos em três dimensões: política, legal e educacional. A União Europeia dispõe de toda as estruturas - legal, social, cultural, de políticas e política – para proteger e promover os Direitos Humanos, não só no seio da União Europeia e dos seus estados-membros, mas no que se refere às Relações Internacionais. De acordo com o sistema das Nações Unidas, o qual está integrado na filosofia e comportamento da União Europeia, apesar de toda as violações dos Direitos Humanos que enfrenta, dos ataques terroristas, violências e discriminações, (etc.), denunciadas, ou não, apesar da perigosa informação manipulada, conscientemente ou mesmo por ações “naïf”, o que justifica a necessidade urgente e emergente de implementar uma estratégia de educação, prevenindo o crescendo de comportamentos contra estes direitos e as violências, tendo por fim a promoção de conhecimento que permita uma compreensão e interpretação das competências, desenvolvendo uma verdadeira democracia e cidadania, apoiada incondicionalmente nos Direitos Humanos.

Referências Bibliográficas

- Cunha, P. (2003). *Direitos Humanos: Teorias e Práticas*. Coimbra: Almedina.
- Fukuyama, F. (1992) *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva.
- Kagan, R. (2017) “Is the democracy in decline? The Weight og Geopolitics”: article in <https://www.brookings.edu/articles/is-democracy-in-decline-the-weight-of-geopolitics/> accessed June 4, 2017.
- Kornelsen, L. (2014) *Stories of Transformation: Memories of a Global Citizenship Practicum*. Canadá: ICIE.
- Maalouf, A. (2009) *Identidades Asesinas*. Madrid: Alianza Editorial.
- Maquiavel, N. (2015) *O Príncipe*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Marshall, T. (2016) *Prisioners of Geography*. London: Elliot & Thomson.

Moury, C. (2016) A democracia na Europa. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Radu, M. & Végh, Z. (2017) Frontiers of Democracy: Embedding Democratic Values in Central and Eastern Europe. Hungary: Central European University.

Ramonet, I. (1997) Geopolítica do caos. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Sartori, G. (2003) La sociedad multiétnica. Madrid: Taurus.

SCOPE2017 <http://www.scienceofpolitics.eu> accessed August 10, 2017.

SCOPE2017, Whitehead <http://www.scienceofpolitics.eu/scope-2017/keynote-Whitehead> accessed August 10, 2017.

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt